



Apêndice do ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS

PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2025

(Processo Administrativo nº 0829001/2025)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Compra/Serviço/Obra:	SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 O ETP é o documento inicial da fase de planejamento que analisa minuciosamente a demanda específica, buscando identificar a melhor solução disponível no mercado para atendê-la, em conformidade com as normas e princípios da Administração Pública:
 - a) Garantir a viabilidade técnica da contratação e abordar a questão do impacto ambiental;
 - b) Identificar o interesse público em jogo e a solução mais adequada;
 - c) Fundamentar o projeto básico/termo de referência, que serão elaborados somente quando a contratação for viável.
- 1.2 Nos termos do próprio texto da IN n.º 58 de 2022, o ETP é dever **evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução a ser adotada dentre todas as opções possíveis** (art. 3º, inciso I). A partir da sua elaboração, deve ser possível avaliar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.
- 1.3 Assim, o ETP materializa a primeira etapa da **fase preparatória da contratação**, antecedendo o Termo de Referência (TR), o anteprojeto (adotado no caso de contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada), e o projeto básico ou o projeto executivo, a depender do caso.
- 1.4 A correta **elaboração do ETP** é essencial à elaboração de um bom TR (ou documento equivalente) e ao consequente prosseguimento da contratação pretendida. Com base nele, se buscará entender quais as necessidades do órgão administrativo (**análise interna**) para, posteriormente, buscar no mercado possíveis soluções para atendimento dessas demandas averiguadas (**análise externa**).
- 1.5 Ressalte-se que a **elaboração do ETP** de maneira errada ou insuficiente pode levar a licitações frustradas/fracassadas, falhas na estimativa de preços, contratações que não atendam plenamente à efetiva necessidade administrativa etc.
- 1.6 Nesse contexto, a seguir será apresentado um **modelo de ETP** que visa dar apoio ao ensino público como mecanismo indispensável para garantir o acesso e a permanência dos alunos e embasar o Documento de Formalização da Demanda – DFD, conforme previsto na Lei 14.133/2021, de forma a relacionar as condições, descrições, quantidades, valores estimados, frequência e periodicidade dos serviços.



2. ÁREA REQUISITANTE

Órgão/Entidade:	Secretário(a):
Secretaria Municipal de Transportes	Valdemar Camilo Silva Junior

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (NLL, ART. 18º, §1º, I)

- 3.1 Trata o presente estudo sobre a análise da demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Transportes, tendo-se como objetivo levantar sobre a viabilidade técnica na contratação de empresa para prestação de serviços técnico automotivo especializado (manutenção preventiva e corretiva) através de serviços mecânico, elétrico, lanternagem, pintura, capotaria e demais serviços de manutenção nos veículos de diversas marcas e modelos pertencentes a frota municipal de Dois Riachos e ainda, fornecimento de peças/acessórios automotivos genuínas e/ou originais, destinados aos referidos veículos.
- 3.2 O Município de Dois Riachos está localizado na região centro-oeste do Estado de Alagoas, com população estimada em 2018 é de 11.054 habitantes, está situado a uma altitude aproximada de 245m acima do nível do mar. Limitando-se a norte com o estado de Pernambuco, a sul com o município de Olivença e Major Isidoro, a Leste com Cacimbinhas e Major Isidoro e a oeste com Santana do Ipanema. O município se estende por 141,69km² e contava com 11.054 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 78,10 habitantes por km² no território do município. Situado a 245 metros de altitude, Dois Riachos tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 9° 23' 34,00" Sul, Longitude: 37° 06' 03" Oeste.
- 3.3 Com esta contratação, podemos entender a importância do serviço licitado no presente estudo, para garantir o bom desenvolvimento de todas as atividades executadas pelo município, sendo imprescindível, para garantir a boa condição de funcionamento dos ônibus que operam no transporte escolar para acesso dos alunos às escolas, uma vez que, a ausência de transporte escolar gratuito aos alunos, torna-se uma barreira intransponível ao exercício Constitucional do direito à educação, direito este, que está garantido no **inciso VII, do art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in verbis:**

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...) *omissis*

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. **(redação dada pela Emenda Constitucional no 59, de 2009).**

- 3.4 Anota-se, ainda, que a legislação infraconstitucional também traz disposições legais no mesmo sentido:

Art. 11 – Os Municípios incumbir-se-ão de:

(...) *omissis*

VI – Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal; **(Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96).**

Art. 54 – É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

(...) *omissis*

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. **(Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990).**



- 3.5 A contratação destes serviços é justificável pela necessidade de manutenção da frota de veículos de Dois Riachos com vistas a preservar o patrimônio público e aumentar a vida útil dos veículos, mantendo-os em perfeito estado de funcionamento, para o atendimento, com segurança, das demandas de operacionalização do serviço de transporte, na locomoção de autoridades e servidores, alunos, pacientes e demais usuários, bem como na distribuição de expedientes e outras atividades para as quais é necessária a utilização de veículos oficiais e, consequentemente, evitar prejuízos para o funcionamento das atividades inerentes a esta municipalidade.
- 3.6 A opção de utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda do contratante, estando em concordância com o disposto no Art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7 A frota oficial do Município de Dois Riachos é composta por veículos da linha leve (veículos e motos), por veículos da linha pesada (caminhão, ônibus, vans) e máquinas pesadas (trator, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira), onde desempenha-se um papel crucial nos serviços prestados à comunidade.
- 3.8 Para garantir que esses veículos operem de forma eficiente e segura, é essencial realizar manutenções preventivas e corretivas regularmente e que, a aquisição de peças genuínas e/ou originais é fundamental para essas atividades, conforme as demandas do Município de Dois Riachos/AL.
- 3.9 Investir em peças de qualidade pode representar uma economia significativa a longo prazo. Peças genuínas ou de boa procedência tendem a ter uma vida útil mais longa e oferecer melhor desempenho, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e reparos adicionais.
- 3.10 Manter a frota municipal em conformidade com as regulamentações de segurança e ambientais é uma responsabilidade importante. A utilização de peças adequadas e certificadas é essencial para garantir que os veículos atendam aos padrões estabelecidos pelos órgãos reguladores.
- 3.11 Esses pontos ressaltam a importância de contar com uma empresa especializada tanto na prestação dos serviços para com a manutenção corretiva e preventiva dos veículos das linhas, leves, pesadas e maquinários, bem como no fornecimento de peças automotivas genuínas/originais para veículos tipo caminhão, ônibus, pick-up e vans, e assim garantir a funcionalidade e a segurança da frota de veículos do município de Dois Riachos.
- 3.12 Registra-se, que a necessidade foi identificada e fundamentada, sob a ótica do interesse público, em razão da otimização de recursos, visando à eficiência operacional e à melhoria contínua na aprendizagem dos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino. Trata-se de uma medida estratégica que objetiva assegurar a efetividade das atividades desempenhadas por essas entidades, promovendo uma gestão eficaz e responsável dos recursos públicos, em consonância com os princípios da administração pública.
- 3.13 Assim, no cumprimento dos comandos legais retro citados, que sinaliza o dever do município de prestar o adequado serviço, justifica-se esta contratação, uma vez que, o município não dispõe de mão de obra suficiente para a demanda dos serviços com a manutenção preventiva e corretivas dos veículos da frota municipal. Desta forma, visa-se a contratação dos referidos serviços.

4. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, II)

- 4.1 Não se aplica. O objeto da contratação não está previsto em Plano de Contratações Anual, visto que em razão da transição da vigência da Lei 14.133/21, com a revogação das legislações dispostas no art.193 do citado diploma legal, apenas em 30 de dezembro de 2023, e tendo o Município optado pela utilização das leis revogadas até a data de suas revogações, não houve a obrigatoriedade da elaboração do PCA.



- 4.2 A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.
- 4.3 O Plano Estratégico da Administração para o período de 2025 pretende comunicar, de forma simples e direta, aos públicos interno e externo, os principais objetivos do órgão e suas respectivas metas e iniciativas estratégicas. Ele assegura à Administração, direção e continuidade administrativa, sem prejuízo da identificação das especificidades em prol de uma prestação dos serviços, sob a ótica administrativa cada vez mais ágil e efetiva.
- 4.4 O Plano Anual de Contratações será realizado no exercício de 2025, para aplicação no exercício seguinte (2026).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, III)

5.1 São requisitos da contratação:

- 5.1.1 Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Dois Riachos.
- 5.1.2 Regime de execução: o regime adotado será o de empreitada por preço unitário.
- 5.1.3 Permissão de participação de consórcios: Não;
- 5.1.4 Permissão de participação de empresas estrangeiras: Sim
- 5.1.5 Subcontratação: não será permitido subcontratação
- 5.1.6 Modalidade de licitação: Pregão regrado pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- 5.1.7 Forma: Eletrônica para maior abrangência e maior competitividade, estando em conformidade com o que rege § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.1.8 Procedimentos para Contratação: Sistema de Registro de Preços.
- 5.1.9 Critério de Julgamento: Menor preço/Maior Desconto.
- 5.1.10 **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**
- 5.1.10.1 Homologada a licitação, o registro de preços será formalizado mediante Ata de Registro de Preços, com o objetivo de registrar formalmente as propostas de preço para futuras contratações objeto desta licitação, com compromisso obrigacional por parte das empresas CONTRATADAS, e sem obrigar que sejam efetivadas pela Administração as aquisições que dele poderão advir.
- 5.1.10.2 A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada a este ETP, ao Termo de Referência e ao Edital e seus Anexos, em todas as suas cláusulas, e às propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá, na íntegra, à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e toda a legislação federal, estadual e municipal pertinente.
- 5.1.10.3 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, a partir do cumprimento dos requisitos de publicidade oficial, e estará integralmente condicionada às cláusulas do Termo de Referência, independentemente de sua transcrição. No caso da CONTRATADA, depois de convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ela previstas no Edital, a PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL registrará os licitantes por Região, como CADASTRO DE RESERVA, na ordem de classificação, desde que aceitem as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



5.1.10.4 A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações e ter seu prazo de vigência prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, obedecidas às disposições contidas da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU.

5.1.11 **ENQUADRAMENTO DE SERVIÇO COMUM PARA EFEITO DA LEI Nº. 14.133/2021:**

5.1.11.1 Os bens e serviços têm natureza de comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1.1 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1.2 Para fornecimento dos bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.2 **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

5.1.2.1 **Da Habilitação Fiscal, Social e trabalhista:** Serão exigidos os documentos previstos no Art. 68 da lei 14.133/2021

5.1.2.2 **Da Habilitação Econômica/Financeira:** Será exigida a Certidão de Falência e Concordata, conforme art. 69, inc. II da Lei 14.133/2021

5.1.2.3 **Da Habilitação Técnica:** Alvará de localização e funcionamento comprovando que a licitante possui autorização para desempenhar atividades pertinentes de oficina mecânica automotiva.

5.2 A contratação visa garantir a **Prefeitura Municipal de Dois Riachos** o pleno desenvolvimento de suas ações externas. Assim, a existência dessa contratação é manutenção direta da missão e da visão política e técnica para atuar na prestação de serviços públicos.

5.3 As notas fiscais devem ser emitidas em duas vias, com especificação dos serviços e da quantidade de peças.

5.4 A contratação do fornecimento, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos:

5.1.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

5.1.2. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.1.3. Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023;

5.1.4. Decreto Municipal nº 12, de 12 de janeiro de 2025;

5.1.5. Instrução Normativa nº SEGES/ME Nº 65, de 07 de julho de 2021; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

5.5 A premissa para a contratação é que a empresa atenda plenamente à necessidade de realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos das linhas leves, pesadas e dos maquinários da frota municipal, conforme os critérios definidos neste ETP, assim como a promoção de práticas sustentáveis. A descrição dos requisitos contemplados neste documento visa garantir uma contratação efetiva que atenda às expectativas da administração pública municipal e ao mesmo tempo instigue a participação ativa de diversos licitantes, preservando a competitividade e a obtenção da melhor relação custo-benefício, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei Federal nº 14.133 de 2021.



5.5.1 PREVISÃO DE DISTÂNCIA MÁXIMA ENTRE A SEDE E O ESTABELECIMENTO:

5.5.1.1 A fixação da área de localização do estabelecimento comercial, neste caso, é indispensável, evitando prejuízos econômicos, visto que a localização em outro município ou em distância superior ao **limite territorial de 37,5 km** encarece o custo final da contratação, ensejando também perda de tempo.

5.5.1.2 De acordo com **Marçal Justen Filho**, “o ato convocatório da licitação deve estabelecer condições que assegurem a seleção da proposta mais vantajosa (...), com observância do princípio da isonomia. É essencial que a licitação seja um procedimento orientado por critérios objetivos, sendo ilícita a adoção de cláusulas ou quaisquer práticas que, de modo parcial ou total, restrinjam, afetem ou dificultem ilegitimamente a competição¹.”

11FILHO, Marçal Justen. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 93

5.5.1.3 Isso não significa, todavia, que a Administração Pública não pode prever exigências necessárias para garantir a melhor contratação possível em face de sua necessidade. O que não se admite é a fixação de cláusulas e condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação por estabelecerem circunstâncias impertinentes ou irrelevantes na especificação do objeto a ser contratado.

5.5.1.4 Portanto, toda e qualquer exigência editalícia deve guardar estrita pertinência com o objeto da contratação, cabendo à Administração Pública, mediante justificativa técnica adequada e suficiente, demonstrar a essencialidade de tais condições, sob pena de restringir indevidamente o caráter competitivo da licitação.

5.5.1.5 Exemplo disso é a contratação de mão de obra para a execução dos **serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos**, dado que admitir a participação de fornecedores com pontos de comércio situados em locais distantes da sede administrativa da Prefeitura poderá acarretar, ao final, em custo demasiado a contratante, prejudicando, assim, o interesse público almejado com a contratação.

5.5.1.6 Ressalte-se, somente, que a delimitação da distância de localização do ponto de funcionamento dos estabelecimentos/oficinas, deve ser fixado pela Administração Pública a partir de critérios razoáveis e proporcionais, sempre buscando atender o interesse público com o menor dispêndio de recursos possível.

5.5.1.7 Conforme bem explicam **Jessé Torres Pereira Júnior** e **Marinês Rastelatto Dotti**, “(...), em face das restrições à competição e da busca da proposta mais vantajosa que a adoção da medida pode ensejar, é necessário que o administrador público justifique a decisão pela delimitação de área, apresentando os pressupostos de fato e de direito que a amparam, sobretudo relacionados à economicidade, eficácia e eficiência para a atuação administrativa³, (...).”

5.5.1.8 Assim, comprovada a vantajosidade, bem como a pertinência e relevância de tal exigência, julga-se possível a Administração Pública realizar licitação para **os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos** da frota municipal, delimitando em edital uma distância máxima dos estabelecimentos/oficinas do fornecedor a ser contratado de sua(s) sede(s).

5.5.1.9 Na senda deste entendimento, a Administração optou por delimitar a uma distância de até **89,2 km** da sede da Administração a localização do estabelecimento onde poderá se dar a realização dos serviços. Fixar-se distância menor, limitaria sobremaneira o universo de participantes e em distância maior, comprometeria a economia e a eficiência da Administração.



5.5.1.10 Assim, o tempo e o deslocamento entre a cidade de **DOIS RIACHOS** e outras circunvizinhas são:

CRITÉRIOS DE TEMPO/ DISTÂNCIA DE DOIS RIACHOS ENTRE AS CIDADES CIRCUNSTANCIADAS							
Circunstanciadas	Santana do Ipanema	Olho D'água das Flores	Batalha	Arapiraca	Major Izidoro	Cacimbinhas	Palmeira dos Índios
Distância por Rodovias	21 km	37,5 km	52,7 km	89,2 km	25,9 km	11,4 km	54,2 km
Distância em Linha Reta	18,6 km	27,36 km	31,89 km	63,3 km	21,3 km	12,23 km	51,80 km
Tempo de Viagem	18 min	38 min	47 min	1h20min	25 min	11 min	50 min

5.5.1.11 Neste sentido, não será admitida uma distância superior a **89,2 km** da Sede da Prefeitura Municipal, em face do comprometimento da economia e eficiência da Administração.

5.5.1.12 A aferição da distância rodoviária estabelecida **no subitem acima**, obedecerá aos seguintes requisitos:

- **Medição:** realizada por meio do hidrômetro de veículo pertencente à frota da Prefeitura Municipal de Dois Riachos;
- **Ponto de início da partida:** para esse fim será considerado o portão de saída principal da sede da Prefeitura Municipal de Dois Riachos;
- **Ponto final:** como parâmetro será considerado a fachada principal da oficina mecânica indicada pela licitante;
- **Trajetos:** será utilizada a menor distância por vias rodoviárias.

5.5.1.13 O limite de **89,2 km** delimitado no subitem 5.1.1.9, foi estabelecido visando atender aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

5.5.2 TABELA DE PREÇOS DAS PEÇAS PARA VEÍCULOS:

5.5.2.1 A fixação do valor das peças a serem adquiridas pela **Prefeitura de Municipal de Dois Riachos** será estabelecida com base no percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora, incidente sobre os preços praticados pelo sistema CILIA para todas as montadoras cadastradas no sistema, e para os veículos/máquinas que não tem cadastro na tabela, o desconto poderá ser sobre outras tabelas oficiais, tabelas do fabricante, cotação da concessionária ou média de mercado.

5.5.2.2 O sistema CILIA é um software para elaboração de orçamentos, composto por um completo banco de dados de preços e códigos de peças de veículos de diversas montadoras.

5.5.2.3 Os valores de peças contidos do Sistema CILIA são preços públicos sugeridos pelas próprias montadoras de veículos e pelas concessionárias e possibilita a confecção de orçamentos com transparência e segurança. O sistema não fornece preços de peças do mercado paralelo.

5.5.2.4 **Para participação do certame o licitante deverá apresentar o software no ato da contratação, para devida conferência dos preços, considerando que o valor apresentado pelo sistema é o preço praticado no mercado.**

5.5.2.5 A licitante vencedora será sempre previamente informada dos valores orçados no sistema CILIA, recebendo inclusive cópia do orçamento fornecido pelo sistema.

5.5.2.6 As peças de reposição utilizadas para manutenção dos veículos serão peças originais.



- 5.5.2.7 Não serão aceitas peças usadas, remanufaturadas ou reconcondicionadas.
- 5.5.2.8 A qualquer momento a **Prefeitura de Municipal de Dois Riachos** poderá solicitar que seja comprovada a origem das peças e componentes utilizados.
- 5.5.2.9 Para a máquinas e veículos caso não possua essa tabela original o licitante deverá apresentar declaração informando que a tabela não existe. (ato do contrato).
- 5.5.2.10 Para a prestação de serviços/mão de obras, o Município poderá indicar um servidor responsável pela fiscalização, a licitante vencedora deverá permitir que o fiscal do Município, acompanhe dos serviços para computar a horas trabalhada.
- 5.5.2.11 A contratação observa os critérios de sustentabilidade ambiental recomendados pelo Órgãos competente, e a contratada deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da legislação vigente.
- 5.5.2.12 A contratada deverá possuir experiência comprovada para prestar atendimento especializado nas áreas de mecânica, elétrica, lataria, pintura, retífica de motores, vidros, autopeças, estofaria e demais serviços necessários, podendo ser aceito a sua terceirização de parte dos serviços que a vencedora não possuir em sua oficina, com a anuência do município.
- 5.5.2.13 Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

5.2 São requisitos da execução:

5.2.1 **MANUTENÇÃO CORRETIVA**

- 5.2.1.1 São todos os serviços e reparos necessários aos defeitos ocorridos acidentalmente como, por exemplo: quebra ou defeitos de componentes e desgastes prematuros de peças, entre outros, tais como: troca de lâmpadas, cabos, suportes, além de serviços de capotaria, tapeçaria, geometria, balanceamento, cambagem, entre outros.

5.2.2 **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

- 5.2.2.1 Serviços de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilômetros percorridos ou tempo de utilização, previstos no manual de manutenção dos veículos, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio etc

5.2.3 **SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL**

- 5.2.3.1 Desmontagem, retífica ou reparo, montagem e ajuste de motores a combustão de baixa e alta pressão movidos a gasolina, álcool e diesel e demais serviços mecânicos que sejam necessários; Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, rodas, manutenção e recuperação de ar-condicionado, entre outros serviços.

5.2.4 **SERVIÇOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS**

- 5.2.4.1 Reparo e revisão de todo o sistema elétrico e eletrônico, com substituição de lâmpadas, faróis, fusíveis, relés, fios e cabos elétricos, ignição eletrônica, bateria, alternador, motores elétricos etc.

5.2.5 **SERVIÇOS DE CAPOTARIA/TAPEÇARIA**

- 5.2.5.1 Conserto, com fornecimento e colocação de forramentos e peças necessárias à manutenção e/ou reforma dos veículos.



5.2.6 SERVIÇOS DE LANTERNAGEM/FUNILARIA E PINTURA

5.2.6.1 Conserto e reparação de avarias na carroceria dos veículos, se necessário com substituição de peças ou componentes.

5.2.7 SERVIÇOS DE LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO

5.2.7.1 Na prestação de serviços de veículos leves, em que sejam prestados os serviços de capotaria/tapeçaria, lanternagem/funilaria e pintura, os veículos deverão ser entregues perfeitamente lavados e lubrificados, sem ônus adicionais para o Município.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, IV)

6.1 A estimativa das quantidades para a contratação pretendida levou em consideração a elaboração de plano de trabalho, com base no fornecimento em períodos anteriores, pois demonstram com maior precisão a nossa necessidade, bem como, a disponibilidade orçamentária e financeira disponível para eventual e futura contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATSER
1	Serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva com fornecimento de peças, funilaria, tapeçaria e pintura, lanternagem e auto elétrica, linha leve e máquina multimarca dos veículos por hora técnica.	HORA/SE RVIÇOS	3000	25356; 18201; 5881; 5860
2	Serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva com fornecimento de peças, funilaria, tapeçaria e pintura, lanternagem e auto elétrica, linha pesada e máquina multimarca dos veículos por hora técnica.	HORA/SE RVIÇOS	3.000	3565

6.2 A quantidade de veículos que compõem a frota municipal representa um número mínimo a ser apresentado para fim de atendimento do Edital, podendo haver aumento ou diminuição de veículos conforme reestruturação da frota na execução cotidiana do contrato, assim para o melhor atendimento, inicialmente, considera-se o constante da tabela abaixo:

PREFEITURA								
Nº	Tipo do Veículo	Marca/Modelo	Chassi	Cor	Placa	Ano e Modelo	Lotação	Combustível
1	ÔNIBUS ORE VOLKSBUS 15.190	VW/15.190 EOD.E.S.ORE	9532E82W5CR245009	Amarelo	PGF-4286	2012/2012	S. EDUCAÇÃO	Diesel
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE								
Nº	Tipo do Veículo	Marca/Modelo	Chassi	Cor	Placa	Ano e Modelo	Lotação	Combustível
1	AMBULÂNCIA	FIAT FIORINO	01402075615	BRANCA	TNH8H37	2024/2025	S. SAÚDE	FLEX
2	AMBULÂNCIA	FIAT FIORINO	9BD26512HJ9094808	BRANCA	QLJ9938	2018/2018	S. SAÚDE	FLEX
3	AMBULÂNCIA	RENAULT/MASTER	93YMAFEXCKJ311344	BRANCA	QLL1473	2018/2018	S. SAÚDE	FLEX
4	DOBLÔ	FIAT	9BD119307B1079197	PRATA	OHB1436	2011/2011	S. SAÚDE	FLEX
5	UNO	FIAT	9BDB1584AD6704309	VERMELHA	NMM7063	2012/2013	S. SAÚDE	FLEX
6	GOL	VW	9BWAG45V9JT155901	BRANCA	KLJ7945	2018/2018	S. SAÚDE	FLEX
7	AMBULÂNCIA	FIAT FIORINO	9BD2651JHJ9111462	BRANCA	QLJ6475	2018/2018	S. SAÚDE	FLEX
8	CAMINHONETE	L200 TRITON	93XLJLKITKCJ16413	PRATA	QTT0650	2018/2018	S. SAÚDE	DIESEL
9	AMBULÂNCIA	FIAT FIORINO	9BD2651JHJ9111464	BRANCA	QLJ6455	2018/2018	S. SAÚDE	FLEX
10	CRONOS	FIAT	01422839815	BRANCA	TNI8F51	2024/2025	S. SAÚDE	FLEX
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
Nº	Tipo do Veículo	Marca/Modelo	Chassi	Cor	Placa	Ano e Modelo	Capacidade	Combustível
1	PAS/AUTOMOVEL	VW/GOL MPI	9BWAG45U6PT063511	BRANCA	SAE4E78	2022/2023	05 PESSOAS	FLEX
2	MISTO CAMIONETA	JEEP/RENEGADE 1.8 AUTOM.	98861118XMK380527	BRANCA	RGO8D33	2021/2021	05 PESSOAS	FLEX
3	PAS/AUTOMOVEL	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	9BD15822AB6513649	BRANCA	NMJ6007	2010/2011	05 PESSOAS	FLEX
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO								
Nº	Tipo do Veículo	Marca/Modelo	Chassi	Cor	Placa	Ano e Modelo	Lotação	Combustível
1	AUTOMOVEL PAS	FIAT/ARGO 1.0	9BD358ACVPYM415445	BRANCO	RZZV4H17	2022/2023	S. EDUCAÇÃO	FLEX
2	CAMINHONETE ESP	RENAULT/OROCH INTENSE 16	93Y9SR8V6RJ649836	BRANCO	SNL0J82	2023/2024	S. EDUCAÇÃO	FLEX
3	CAMINHONETE ESP	RENAULT/OROCH INTENSE 16	93Y9SR8V6RJ649867	BRANCO	KLI2A73	2023/2024	S. EDUCAÇÃO	FLEX



4	CAMINHONETE ESP	VW/INDUSCAR FOZ U	9532E82W1DR351619	AMARELA	OYM4601	2013/2013	S. EDUCAÇÃO	DIESEL
5	PAS ONIBUS	VW/NEOBUS 8.160 ESCOLAR	9532M52P4PR045478	AMARELA	SNL8C63	2022/2023	S. EDUCAÇÃO	DIESEL
6	PAS ONIBUS	VW/INDUSCAR FOZ U	9BWR892W09R920029	AMARELA	KJN7063	2008/2009	S. EDUCAÇÃO	DIESEL
7	PAS ONIBUS	VW/NEOBUS MINI E3C	9532M52P9JR808635	AMARELA	PCJ9120	2017/2018	S. EDUCAÇÃO	DIESEL
8	PAS ONIBUS	MPOLO/VOLARE 4X4 E PAS	93PB58A10RC071331	AMARELA	SNN1I92	2023/2024	S. EDUCAÇÃO	DIESEL
9	PAS ONIBUS	VECO/BUS 15-10E-C	93ZK61LFZS8704461	AMARELA	SOC8J02	2024/2025	S. EDUCAÇÃO	DIESEL
10	PAS ONIBUS	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	93PB58A10R100004	AMARELA	SOD8E93	2024/2024	S. EDUCAÇÃO	DIESEL
11	PAS ONIBUS	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	93PB58A10RC100311	AMARELA	SOA9D48	2024/2024	S. EDUCAÇÃO	DIESEL
12	PAS ONIBUS	NEOBUS 8.160 ESCOLAR	9532M52P4PRO45464	AMARELA	SNL8H833	2022/2023	S. EDUCAÇÃO	DIESEL

- 6.3 As manutenções corretivas deverão ser atendidas prontamente quando solicitadas, observado o prazo máximo estipulado neste ETP para este caso.
- 6.4 Por questão de economia, quando os serviços puderem ser realizados por servidor do Município, será solicitado da empresa contratada somente as peças e acessórios, devendo ser entregue no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, no local indicado pela OF (Ordem de Serviço).
- 6.5 As peças deverão ser genuínas ou originais de fábrica, ou seja, só serão aceitas peças de primeira linha. Entende-se por peças originais/genuínas aquelas que atendem as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, conforme resolução vigente ou seja, serão admitidas peças de qualquer marca, desde que com as mesmas especificações técnicas e qualidade da peça que será substituída.
- 6.6 A **Prefeitura Municipal de Dois Riachos** caso julgue necessário poderá realizar pesquisa de mercado para avaliação do preço final das peças dos fornecedores em cada solicitação de compra. Nos casos em que os preços das peças solicitadas estiverem com seu valor superior ao praticado no mercado, a **Prefeitura Municipal de Dois Riachos**, em defesa do interesse público, adotará as seguintes providências: a) A empresa titular do fornecimento será acionada para adequar seu preço ao preço de mercado; b) Não havendo adequação do preço, nos termos da Lei e preservando o interesse público, a **Prefeitura Municipal de Dois Riachos** poderá adquirir o específico item no mercado; c) A reincidência de preços acima do mercado, praticadas pela empresa detentora do fornecimento, poderá levar ao descredenciamento da mesma do Registro de Preços, e; d) A contratada deverá substituir imediatamente, sem ônus para a **Prefeitura Municipal de Dois Riachos**, as peças que após a entrega e aceite, apresentarem defeitos durante o período de garantia

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO (NLL, ART. 18º, §1º, V)

- 7.1 Neste tópico, urge a importância de pesquisar e determinar as possíveis soluções capazes de identificar, empreendimentos passíveis de aproximar as compras públicas da administração municipal às práticas adotadas pelo mercado, considerando e impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos.

- 7.2 Considerando a Lei nº14.133/2021:

Art. 18. § 1º

(...) *Omissis.*

“V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;”

- 7.3 Considerando a IN SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022, onde se lê:

“III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:



- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;
- b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições;
- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando se arranjos inovadores em sede de economia circular; e
- d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.”.

7.4 Após pesquisa de serviços que poderiam atender à demanda de “manutenção com fornecimento de peças para a frota veículos da **“Prefeitura Municipal de Dois Riachos”**, verificou-se como alternativas para tal:

1 - Execução direta pela prefeitura, por meio de um processo de licitação para a aquisições de peças automotivas genuínas/originais para veículos tipo linha leves/passeio (veículos e motos), Linha pesada (caminhão, ônibus, vans e outros) e Maquinas pesadas (trator, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira);

2 - Execução direta pela prefeitura, por meio de carona a ata de registro de preços para a aquisições de peças automotivas genuínas/originais para veículos tipo linha leves/passeio (veículos e motos), Linha pesada (caminhão, ônibus, vans e outros) e Maquinas pesadas (trator, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira).

7.5 Assim, dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou soluções que melhor atendessem às desta municipalidade.

7.6 Das possíveis formas de contratação, verificou-se:

Solução 1: buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Solução 2: manifestar “IRP” junto a outro órgão, na condição de participante.

Solução 3: realizar licitação própria para:

1 - Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com valores fixos mensais e fornecimento de peças. Nessa proposta percebeu-se que não há uma demanda de manutenção mensal para os veículos oficiais, sendo que tais serviços acontecem de forma esporádica e seus serviços não são igualmente realizados mensalmente. Uma vez que compreendemos que os veículos têm desgastes naturais e não naturais (acidentes, batidas e danos) que não estarão contemplados nesse tipo de contratação, tornando essa contratação inviável e onerosa para o município.

2 - Contratação de empresa para gerenciamento de frota com fornecimento de peças. Sobre este formato de contratação não há um entendimento uniforme com relação a regularidade dessa solução, sendo este modelo questionado pelos órgãos de controle com o possível contrato do tipo guarda chuva e ainda que se trata de um objeto de material de consumo e as empresas deste ramo são prestadoras de serviços do gerenciamento. Assim evitando possíveis questionamentos e até paralisação dos serviços, entende-se que a solução não é viável;



3 - Aquisição das peças por maior desconto sobre a tabela e prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva. Diante da escolha da melhor forma de solucionar o problema, verificamos que a aquisição por maior desconto é a solução mais viável, pois não necessitamos de listar as peças e seja qual for a peça a ser utilizada o município vai ter condições de adquiri-la e em conformidade com o preço do fabricante.

4 - Fornecimento de peças por item, através de listagem de itens de peças para cada veículo – essa metodologia não se mostra vantajosa para a Administração, pois não há como identificar todas as peças necessárias para os veículos, sendo uma infinidade de peças a listar, bem como não há como saber quais peças a administração irá precisar.

- 7.7 Após análise criteriosa sobre as soluções, notou-se que não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão que contemplasse todos os itens imprescindíveis para realização dos serviços e das aquisições de peças automotivas genuínas/originais para veículos tipo linha leves/passeio (veículos e motos), Linha pesada (caminhão, ônibus, vans e outros) e Maquinas pesadas (tratores, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira), com fornecedores do ramo para atender as demandas, assim a melhor possibilidade é a realização de licitação própria.
- 7.8 Logo, a **Solução 3 – item 3**, foi a escolhida para esta contratação: Contratação de serviço de Manutenção Veicular por demanda, com fornecimento de peças.
- 7.9 Vale destacar que, após análise, foi possível concluir que não há variações quanto à contratação do objeto em tela. Assim, a variação se dá pela **“execução direta pela prefeitura, por meio de um processo de licitação”** pela modalidade aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Ademais, notou-se que não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão que contemplasse todos os itens imprescindíveis para atender as demandas, assim a melhor possibilidade é a realização de licitação própria.
- 7.10 Logo, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção veicular, objeto do presente ETP se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos municipais em prol do atendimento da demanda de alunos matriculados, oferecendo às crianças e jovens, uma educação de qualidade. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas a execução dos serviços, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.
- 7.11 Desta feita, o levantamento de mercado foi definido no setor de compras no andamento do processo de acordo com o art.18, 22 e 23 da lei 14133/2021, bem como, a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 e regulamentos municipais.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VI)

- 8.1. Com fulcro no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado de referência desta contratação foi definido no setor de compras deste município, tendo em vista ser o órgão competente para esta demanda. Foi utilizado o **banco de preços**, como método para obtenção do preço estimado, tendo-se como parâmetro utilizado a mediana dos preços obtidos como preços máximos a ser pago pelo município, consoante tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. HORA	CATSER	BANCO DE PREÇOS https://www.bancodeprecos.com.br/	
					Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva com fornecimento de peças, funilaria, tapeçaria e pintura, lanternagem e auto elétrica, linha leve e máquina multimarca dos veículos por hora técnica.	HORA/SERVIÇOS	3000	25356; 18201; 5881; 5860	R\$ 233,00	R\$ 699.000,00



2	Serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva com fornecimento de peças, funilaria, tapeçaria e pintura, lanternagem e auto elétrica, linha pesada e máquina multimarca dos veículos por hora técnica.	HORA/SERVIÇOS	3.000	3565	R\$ 298,15	R\$ 894.450,00
VALOR TOTAL:						R\$ 1.593.450,00

- 8.2. Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação encontra-se compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. **Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.**
- 8.3. **Salienta-se que a Administração optou por divulgar a estimativa do valor da contratação até a conclusão da licitação.** Nesse caso o orçamento estimado da contratação não terá caráter sigiloso.
- 8.4. A justificativa para a opção de divulgação do orçamento estimado, é fundamentada no entendimento da Administração no sentido de que, ao dispor sobre a habilitação econômico-financeira dos licitantes, a Nova Lei admite que o Edital “nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação” (art. 69, §4º, da Lei 14.133/21). Caso o orçamento esteja sob sigilo, esta exigência seria de impossível cumprimento por parte dos licitantes, já que não teriam como saber se atendem ou não à previsão legal (que será replicada nos Editais).
- 8.5. E a situação é ainda mais grave sob a ótica sancionadora, o art. 154, inc. VIII, da Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), estabelece que o licitante será responsabilizado quando “apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato”. Assim sendo, não é difícil prever que diversos licitantes serão sancionados em razão da prestação de declaração falsa, caso não detenham patrimônio líquido mínimo baseado no orçamento (que é sigiloso).
- 8.6. Em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 24 da Lei 14.133/21 proibição absoluta à revelação do orçamento e ainda, por tratar de licitação regida pelo critério de julgamento por maior desconto, justifica-se a publicidade do preço estimado ou o máximo aceitável no edital da licitação, uma vez que ele será o limite referencial para apresentação das propostas. (art. 24, parágrafo único, da NLL)
- 8.7. Considerando que a precificação se encontra ainda na fase de planejamento, os custos estimados deverão ser aprovados pela autoridade superior, sob pena de haver arquivado o presente relatório de viabilidade.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO (NLL, ART. 18º, §1º, VII)

- 9.1 A solução especificada e que se pretende adquirir tais itens, refere-se à processo licitatório, através do SRP, em virtude de visarmos uma melhor gestão financeira, administrativa e uma melhor gestão orçamentária.
- 9.2 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.



- 9.3 A contratação de empresa para a prestação dos serviços de manutenção veicular com fornecimento de peças com julgamento de maior desconto pela tabela, constantes na estimativa de quantitativo acima, será a solução mais adequada, haja vista que é a solução adotada comumente pelos órgãos públicos e rotineiramente realizada pelo **Município de Dois Riachos**, não se vislumbrando no momento outra solução mais adequada.
- 9.4 Conclui-se pela viabilidade de indicar a solução para atendimento da necessidade em questão que é mais vantajoso ao município pela contratação de sociedade empresária ou unipessoal para a prestação de serviços, pelo regime de execução por preço unitário, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas indiretas e benefícios, com toda a manutenção preventiva e corretiva inclusa, conforme legislação vigente.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (NLL, ART. 18º, §1º, VIII)

- 10.1. Em regra, conforme a Lei nº14.133/2021, onde se lê:

“Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:
(...)

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.”

- 10.2. E ainda na mesma Lei Nº14.133/2021:

“Art 40 § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.”

- 10.3. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

- 10.4. Nesse caso, **avaliação da divisibilidade do objeto** considerando o mercado fornecedor:

(x) É possível a contratação da solução de forma divisível sem haver prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade. (ADJUDICAÇÃO: MENOR PREÇO / MAIOR DESCONTO POR ITEM)



() Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados para o fornecimento por uma única empresa. Justificar: A contratação de apenas uma empresa para o fornecimento do objeto justifica-se pelo ganho de escala que pode ser obtido.

- 10.5. Conforme estabelecido pelo decreto nº 9.858/2023, a aplicação do princípio do parcelamento do objeto em um edital de licitação é fundamental quando a divisão do objeto é tecnicamente viável e economicamente vantajosa, não representando perda de economia de escala. A justificativa para aplicar o parcelamento reside na possibilidade de garantir a ampliação da competição e evitar a concentração de mercado, conforme disposto no Art. 342, incisos I a III. Além disso, o parcelamento possibilita a valorização das peculiaridades do mercado local, contribuindo para a economicidade e a qualidade na aquisição de bens e serviços, como mencionado no Art. 343 e seus parágrafos. Essa estratégia permite à administração pública obter melhores preços e condições, aproveitando as vantagens competitivas de diferentes fornecedores, e promove a inclusão de pequenas e médias empresas no processo licitatório, dinamizando a economia local.
- 10.6. Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada no ato convocatório, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala; quer seja na forma material, não sendo admitida a participação de consórcio. No entanto, poderá ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.
- 10.7. As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame.
- 10.8. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.
- 10.9. Assim, a licitação será dividida em itens separados, logo, há necessidade de parcelamento da solução uma vez que um único item não atenderá ao modelo de contratação.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS (NLL, ART. 18º, §1º, IX)

- 11.1 A adoção do registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção veicular com fornecimento de peças genuínas/originais representará uma solução eficaz para a **Prefeitura Municipal de Dois Riachos** em termos de economicidade.
- 11.2 Primeiramente, esta modalidade de contratação permite à administração pública obter preços mais baixos e condições mais vantajosas devido à previsão de demandas futuras.
- 11.3 Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.



- 11.4 A agilidade na contratação e a possibilidade de aquisição em grande escala resultarão em um custo por viagem reduzido, maximizando o custo-benefício da operação destes serviços.
- 11.5 Portanto, a contratação por meio do registro de preços visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota municipal com fornecimento de peças genuínas/originais atenderá à demanda imediata do município, além de propiciar uma significativa economia e um uso mais estratégico dos recursos disponíveis pela **Prefeitura Municipal de Dois Riachos**. Essa abordagem garantirá maior eficiência nas atividades administrativas, beneficiando toda a comunidade em geral.

12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (NLL, ART. 18º, §1º, X)

- 12.1 A Prefeitura Municipal de Dois Riachos deve adotar uma série de providências operacionais e estruturais para garantir a efetiva implementação do registro de preços visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota municipal com fornecimento de peças genuínas/originais. Estas medidas são fundamentais para assegurar a eficiência, a eficácia e a economicidade do contrato.
- 12.2 A fim de garantir a adequação da contratação ao interesse público e o alinhamento com as diretrizes da Lei 14.133, são necessárias as seguintes providências detalhadas:
- 12.2.1 Elaboração de um plano de gestão de riscos, identificando potenciais problemas que possam impactar a execução contratual e medidas de contingência para cada um deles.
 - 12.2.2 Definição clara das atribuições dos agentes públicos a serem designados para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.
 - 12.2.3 Capacitação dos servidores envolvidos no processo licitatório e na gestão do contrato, com foco nas particularidades da aquisição de bens.
 - 12.2.4 Desenvolvimento e implementação de um SRP que respeite as exigências do Art. 82 da Lei 14.133 e que permita a flexibilidade adequada à variedade e à periodicidade das contratações realizados pela Prefeitura Municipal de Dois Riachos.
 - 12.2.5 Realização de pesquisa ampla de mercado para atualização dos preços registrados, de acordo com o que determina o Art. 85 da Lei 14.133.
 - 12.2.6 Formalização das etapas do processo licitatório, incluindo a elaboração do edital e da minuta do contrato com seus respectivos anexos e termos de referência que reflitam as necessidades detalhadas da **Prefeitura Municipal de Dois Riachos**.
 - 12.2.7 Estabelecimento de mecanismos de comunicação eficientes entre a área requisitante, a equipe de licitações e a empresa contratada, assegurando o fluxo de informações e a resolução ágil de pendências.
 - 12.2.8 Alinhamento constante entre as expectativas das diversas unidades administrativas e a empresa contratada para evitar discrepâncias entre os serviços contratados e executados.
 - 12.2.9 Pactuação de cláusulas contratuais que prevejam a forma de reajuste de preços, condições de pagamento, sanções em caso de inadimplência, entre outros mecanismos necessários para uma contratação segura e eficiente.
 - 12.2.10 Implementação de processos e estruturas de governança para avaliação contínua, direcionamento e monitoramento dos processos licitatórios e dos respectivos contratos, de maneira a atender aos objetivos estipulados no Art. 11 da Lei 14.133.
 - 12.2.11 Observância das legislações ambientais aplicáveis e adoção de medidas mitigadoras de impactos ambientais, de acordo com o Art. 18, XII da Lei 14.133.



13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (NLL, ART. 18º, §1º, XI)

- 13.1 A análise das contratações correlatas e interdependentes relacionadas à solução escolhida, que é o registro de preços visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota municipal com fornecimento de peças genuínas/originais, indica que não há necessidade de contratações adicionais antes da implementação desta solução. A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota oficial, no âmbito municipal supre uma demanda específica e imediata da **Prefeitura Municipal de Dois Riachos**.
- 13.2 Nesse contexto, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (NLL, ART. 18º, §1º, XII)

- 14.1 Preferencialmente, a empresa deve demonstrar preocupação com a sustentabilidade, oferecendo peças que atendam às normas ambientais e promovam práticas sustentáveis em sua cadeia de fornecimento.
- 14.2 Vislumbram-se impactos ambientais provenientes desta contratação.
- 14.3 **POSSIVEL IMPACTO AMBIENTAL:** geração de resíduos sólidos (embalagens).
- 14.4 **MEDIDAS DE TRATAMENTO:** a empresa vencedora do certame devesse acondicionar os objetos (embalagens) em local seguro até os mesmos serem destinados para coleta seletiva.
- 14.5 Cabe ressaltar que a empresa vencedora do certame devesse minimizar a geração de resíduos seguindo ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reparo do automóvel, tratamento e disposição final ambientalmente adequada.
- 14.6 Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
 - b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
 - c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;



14.7 **NOS SERVIÇOS:** “Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- a) que esteja previamente registrado na ANP;
- b) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- c) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
- d) classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;
- e) que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.”

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (NLL, ART. 18º, §1º, XIII)

- 15.1 Diante do exposto, conclui-se que é imprescindível a realização de licitação para a contratação do objeto em tela. A realização de licitação possibilita a obtenção dos melhores preços e condições de mercado, contribuindo para a otimização dos recursos públicos. Por meio da competição entre fornecedores, busca-se garantir a economicidade na aplicação dos recursos destinados à infraestrutura, maximizando o resultado obtido com os investimentos realizados.
- 15.2 Assim, pode-se afirmar que tal oferta pública contribui para a igualdade de acesso a direitos fundamentais, especialmente para assegurar a dignidade humana como um valor e um direito que é referência para os demais direitos e, que a contratação pretendida mostra-se viável tecnicamente e necessária.
- 15.3 Este ETP está de acordo com a legislação vigente;
- 15.4 Assim sendo, diante de todas as descrições mencionadas nesse documento, opinamos pela viabilidade técnica e econômica da presente contratação, dentro dos moldes estabelecidos no presente estudo.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 16.1 Encerradas as considerações sobre o modelo de contratação mais adequado, cumpre avaliar se existe potencial para o procedimento licitatório gerar benefícios, o que deve ser feito com base nas seguintes perspectivas:
 - 16.1.1 Aumento do Poder de Barganha que se verifica quando o comprador consegue utilizar sua capacidade de negociação para obter ofertas melhores junto ao mercado. No caso do Estado, isso se verifica quando, por exemplo, há grande competição nos Pregões Eletrônicos. Aumentar o poder de barganha significa estimular a competição nos certames e isso pode trazer benefícios significativos em termos de preço e qualidade dos produtos e serviços adquiridos;
 - 16.1.2 Obtenção de Economias de Escala que ocorrem quando uma empresa consegue fechar a venda, ou uma promessa de venda, numa quantidade significativa que garanta uma remuneração maior, mas, com a mesma base de custos fixos. Quando isso ocorre, uma empresa consegue vender a preços menores, pois, a relação receita vs. custos fica mais positiva, assim, consegue atingir um mesmo percentual de lucro com vendas a um preço menor. Nesse sentido, ao ofertar uma oportunidade de vendas maiores, pode-se incentivar as empresas a venderem por um preço inferior aos preços homologados nas compras, e,



- 16.1.3 Redução dos Custos de Transação que se verifica quando atividades paralelas que possuem um objetivo semelhante são racionalizadas e executadas por um único grupo especializado. Essa racionalização permite que as pessoas tenham tempo para desempenhar outras atividades e reduz diretamente os custos com pessoal, suprimentos e energia, relacionados com a aquisição tanto do lado dos compradores públicos quanto do lado das empresas licitantes.
- 16.2 Enxerga-se potencial para a obtenção de grandes benefícios nas três perspectivas supracitadas do objeto em tela.
- 16.3 Em relação ao aumento de poder de barganha, como há garantia de redução de custos de transação e potencial para ganhos de escala, reforça-se a possibilidade de concretização dessa variável.
- 16.4 Pela perspectiva da redução de custos de transação, verifica-se uma garantia de benefício, uma vez que a administração necessita transportar estudantes.
- 16.5 Quanto às economias de escala, também se verifica potencial de obtenção de benefícios, uma vez que não se vislumbram grandes impactos em termos de custos variáveis para os licitantes com o aumento da escala da contratação.
- 16.6 Uma licitação individualizada e com demanda menor exigirá as mesmas atividades de gestão da frota disponibilizada e de administração do negócio que a da licitação centralizada, independente da escala de operação dos órgãos. Sendo assim, o aumento da escala poderá gerar uma percepção positiva dos licitantes em termos de aumento de margem de receita, apesar do consequente maior risco.
- 16.7 Observada uma aderência completa do objeto aos três critérios de avaliação, conclui-se que esta é viável, oportuna e conveniente para a administração. Assim, **DECLARAMOS**, com base no estudo realizado, que o **Registro de Preços (RP)**, visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota municipal com fornecimento de peças genuínas/originais, de forma contínua e fracionada, afim de atender as necessidades das secretarias municipais, visa alcançar resultados que estejam alinhados aos princípios e objetivos estabelecidos pela Lei 14.133 de abril de 2021, garantindo a estas demandas a oferta para atender os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota oficial do **MUNICÍPIO DE DOIS RIACHOS**.
- 16.8 Além disso, é possível permitir a padronização de um serviço com qualidade adequada e maior transparência para execução dos contratos, considerando os pontos listados a seguir: a) Existe orçamento disponível para a contratação desse serviço no exercício corrente na dotação orçamentária, além da perspectiva de provimento de recursos para os próximos anos de exercício; b) Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível; c) As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com a demanda prevista e com a série histórica do contrato; d) No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por quase todos prestadores de serviço o que garante a participação de várias empresas e consequentemente a concorrência; e) O estudo indica a necessidade do parcelamento da solução e define os resultados pretendidos com a contratação; e, f) A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

17. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

- 17.1 É preciso levar em consideração os seguintes pontos:
- 17.1.1 A diminuição do orçamento para custeio nos últimos anos e a previsão orçamentária para os próximos;
- 17.1.2 A necessidade de adequação das atividades dos entes que integram a administração pública municipal, e,
- 17.1.3 A quantidade estimada dos itens para os próximos anos.



17.2 A contratação em comento é viável e necessária levando-se em consideração os pontos explanados anteriormente, conforme estudo preliminar apresentado. Trata-se de serviço contínuo, de apoio à realização das atividades essenciais, justificando-se pela própria natureza dos serviços contratados, que visam propiciar o bom funcionamento dos veículos lotados da frota oficial da **Prefeitura Municipal de Dois Riachos**.

16.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a solução escolhida, a contratação através de licitação de serviços de manutenção veicular e demais despesas inclusas, com parcelamento em itens diferentes, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, atendendo às necessidades demandadas e com ganhos em eficiência e economicidade.

16.2. Diante do exposto, conclui-se ser viável a contratação pretendida de serviços terceirizado de manutenção veicular com fornecimento de peças automotivas genuínas/originais para atender as necessidades da frota oficial de veículos das linhas leves, pesadas e maquinários da **Prefeitura Municipal de Dois Riachos**.

Integrante Requisitante:

Valdemar Camilo Silva Junior
Secretário Municipal de Transportes
Portaria Nº 011/2025

Integrante Administrativo:

João Paulo Correia oliveira
Secretaria Municipal de Administração
Portaria Nº 053/2025

Elaine Soares Severo
Secretaria Municipal de Educação
Portaria Nº 053/2025

Antônio Fernandes Ferreira Junior
Secretaria Municipal de Saúde
Portaria Nº 053/2025